

CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Anúncio n.º 7/2000 (2.ª série) — AP. — *Revisão do PDM de Mortágua.* — Passados seis anos de vigência do Plano Director Municipal de Mortágua, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/94, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 130/94, de 6 de Julho, já poderá ser feito um balanço da eficácia do documento decorrente da prática de gestão urbanística por ele condicionada.

Assim, durante a sua utilização, foram surgindo várias questões evidenciando erros, omissões e lacunas, o que dificulta a sua sintonia com a realidade, bem como novas situações que irão aparecer decorrentes da modernidade de infra-estruturação do País e da região.

Enumeram-se algumas questões detectadas:

- 1) Existem alguns lugares e aldeias não cartografados e delimitados como perímetros urbanos em PDM, dificultando naturais e legítimas pretensões de edificabilidade no seio desses núcleos edificados, em parte devido a bases cartográficas que eram muito antigas e desactualizadas;
- 2) A utilização de índices urbanísticos muito gerais, tratando por igual zonas consolidadas e zonas de expansão dos núcleos edificados;
- 3) Algumas lacunas de Regulamento ao nível da utilização de espaços agrícolas, florestais e canais;
- 4) A alteração da estrutura viária e servidões no IP3 e a criação da futura auto-estrada para ligação do IP5 — Mangualde — IC12 — Rojão Grande — Anadia e IP1 atravessando o centro do concelho;
- 5) A correcção do traçado da Linha da Beira Alta que atravessa o concelho;
- 6) A criação de novas servidões administrativas decorrentes das redes de instalação de gás e comunicações;
- 7) A existência actualmente de novas bases cartográficas digitais eliminando erros e omissões das anteriores.

Os aspectos expostos não colocam em causa o mérito e o esforço do trabalho desenvolvido por todos os participantes na sua execução e os desfasamentos apontados não traduzem uma situação de ruptura na gestão urbanística, antes apontando para a necessidade de se iniciarem medidas para a correcção dos aspectos detectados.

Assim e ao abrigo e nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, conjugado com os artigos 74.º e 94.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, a Câmara Municipal de Mortágua, por deliberação tomada na reunião ordinária de 19 de Janeiro de 2000, resolveu dar início ao processo de revisão do PDM de Mortágua, que deverá estar concluído no prazo de dois anos a contar da data da publicação deste anúncio.

3 de Março de 2000. — O Presidente da Câmara, *Afonso Sequeira Abrantes*.

CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

Aviso n.º 2556/2000 (2.ª série) — AP. — Para os efeitos consignados no artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, e em cumprimento do deliberado pela Câmara Municipal em reunião ordinária realizada no dia 15 de Fevereiro do corrente ano, publicam-se os seguintes projectos de Regulamentos:

Projecto de Regulamento do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros — Transporte em Táxi;

Projecto de Regulamento de Instalação e Funcionamento dos Estabelecimentos de Hospedagem.

Assim, nos termos do n.º 2 do referido preceito legal, os interessados, querendo, devem dirigir, por escrito, as suas sugestões a esta Câmara Municipal dentro do prazo de 30 dias contados da data da publicação dos mencionados projectos no *Diário da República*.

Os projectos de Regulamentos acima mencionados encontram-se à disposição do público na Divisão Administrativa e Financeira, nos dias úteis, das 9 às 16 horas.

3 de Março de 2000. — O Presidente da Câmara, *Carlos Aberto de Moura Portugal e Brito*.

Projecto de Regulamento do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros — Transporte em Táxi.

Preâmbulo

Em 28 de Novembro de 1995, foi publicado o Decreto-Lei n.º 319/95, diploma que procedeu à transferência para os municípios de diversas competências em matéria de transportes de aluguer em veículos ligeiros de passageiros.

O referido diploma emanou do Governo, no uso da autorização legislativa concedida pela Assembleia da República, nos termos do artigo da Lei n.º 39-B/94, de 27 de Dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 1995.

O Decreto-Lei n.º 319/95 mereceu críticas e foi alvo de contestação de diversas entidades e organismos, tendo por base as seguintes razões:

Atribuição de poderes aos municípios para, através de regulamentos municipais, fixarem o regime de atribuição e exploração de licenças de táxis, situação que poderia levar, no limite e por absurdo, a serem criados tantos regimes quantos os municípios existentes, tornando impossível uma adequada fiscalização pelas entidades policiais;

Omissão de um regime sancionatório das infracções relativas ao exercício da actividade de táxis, designadamente a sua exploração por entidades não titulares de licenças, a alteração de locais de estacionamento e as infracções às regras tarifárias convencionadas para o sector;

Duvidosa constitucionalidade de determinadas normas, nomeadamente do n.º 2 do artigo 15.º, na medida em que condicionava a eficácia dos regulamentos municipais ao seu depósito na Direcção-Geral de Transportes Terrestres, contrariando desta forma o princípio constitucional da publicidade das normas, bem como do artigo 16.º, que permitia que um regulamento municipal pudesse revogar diversos decretos-leis.

Estas razões fundamentaram um pedido de autorização legislativa do Governo à Assembleia da República, que lhe foi concedida ao abrigo da Lei n.º 18/97, de 11 de Junho.

Com efeito, este diploma revogou o Decreto-Lei n.º 319/95 e ripristinou toda a legislação anterior sobre a matéria, concedendo, ao mesmo tempo, ao Governo autorização para legislar no sentido de transferir para os municípios competências relativas à actividade de aluguer em veículos ligeiros de passageiros.

Na sequência desta autorização legislativa, foi publicado o Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de Agosto, que regulamenta o acesso à actividade e ao mercado dos transportes em táxi. Aos municípios foram cometidas responsabilidades ao nível do acesso e organização do mercado, continuando na administração central, nomeadamente, as competências relacionadas com o acesso à actividade.

No que concerne ao acesso ao mercado, as câmaras municipais são competentes para:

Licenciamento dos veículos — os veículos afectos ao transporte em táxis estão sujeitos a licença a emitir pelas câmaras municipais;

Fixação dos contingentes — o número de táxis consta de contingente fixado, com uma periodicidade não superior a dois anos, pela Câmara Municipal;

Atribuição de licenças — as câmaras municipais atribuem as licenças por meio de concurso público limitado às empresas habilitadas no licenciamento da actividade; os termos gerais dos programas de concurso, os critérios aplicáveis à hierarquização dos concorrentes, são definidos em regulamento municipal;

Atribuição de licenças de táxis para pessoas com mobilidade reduzida — as câmaras municipais atribuem licenças, fora do contingente e de acordo com os critérios fixados por regulamento municipal, para o transporte de pessoas com mobilidade reduzida.

Relativamente a organização do mercado, as câmaras municipais são competentes para:

Definição dos tipos de serviço;

Fixação dos regimes de estacionamento;